

Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 2**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-131-2

DOI 10.22533/at.ed.312191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume, apresentamos 19 trabalhos que discutem sobre a percepção, processos e estratégias de estudos direcionados a compreender as pessoas em relação ao produto desenvolvido. São artigos recentes que demonstram pontos a serem observados sobre o empreendimento para o seu sucesso.

Conhecer a percepção dos produtos por parte do consumidor é uma estratégia fundamental no agronegócio. Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, aplicando conhecimento das ciências sociais é a proposta destes trabalhos.

Espero que a leitura desses artigos contribua para o seu conhecimento.

Aproveite ao máximo as reflexões e os resultados deste volume.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E MARCAS DE CERTIFICAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE DO RIO GRANDE DO SUL	
<i>Kelly Lissandra Bruch</i> <i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918021	
CAPÍTULO 2	23
OS FATORES DE INFLUENCIA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA LIVRE DE SANTA ROSA/RS	
<i>Carlos Thomé</i> <i>Dionéia Dalcin</i> <i>Lidiane Kasper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918022	
CAPÍTULO 3	43
PERCEPÇÕES DO CONSUMIDOR SOBRE O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF): O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM ASSIS/SP	
<i>Mara Elena Bereta de Godoi Pereira</i> <i>Silvia Cristina Vieira Gomes</i> <i>Liliane Ubeda Morandi Rotoli</i> <i>Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani</i> <i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918023	
CAPÍTULO 4	59
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	
<i>Paulo Henrique de Lima Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918024	
CAPÍTULO 5	75
APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS	
<i>Mirian Fabiane Strate</i> <i>Maitê Luize Schumann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918025	
CAPÍTULO 6	88
APL DE FLORES DA SERRA DA IBIAPABA NO CEARÁ: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, PROCESSOS DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO	
<i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Elda Fontinele Tahim</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i> <i>Anne Graça de Sousa Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918026	

CAPÍTULO 7 104

MARCA: ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES NO SEGMENTO DE REDES DE CAFETERIAS

Jaqueline Carolino
Patrícia Pereira Peralta
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho
Vera Lucia de Souza Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.3121918027

CAPÍTULO 8 119

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS DE PESQUISADORES DA REDESIST

José Maria Cardoso Sacramento
Glauco Schultz

DOI 10.22533/at.ed.3121918028

CAPÍTULO 9 136

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA À PRODUÇÃO DE FUMO?

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.3121918029

CAPÍTULO 10 151

BIOCOMBUSTÍVEIS COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL À PRODUÇÃO DE FUMO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PROTOCOLADOS PELA AFUBRA

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.31219180210

CAPÍTULO 11 165

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E MATO GROSSO

José Roberto Rambo
Raphael Fernando Diniz
Antonio Nivaldo Hespanhol
Antonio Lázaro Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.31219180211

CAPÍTULO 12 183

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PROTOCOLO AGROAMBIENTAL

Edenis Cesar de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31219180212

CAPÍTULO 13 201

PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari

DOI 10.22533/at.ed.31219180213

CAPÍTULO 14 217

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari
Tatiana Aparecida Balem
Ethyene de Oliveira Alves
Walesca Piovesan Winch
Guilherme dos Santos Schmelig

DOI 10.22533/at.ed.31219180214

CAPÍTULO 15 238

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho
Adonias Vidal de Medeiros Júnior
Meire Eugênia Duarte
Gerlânia Maria Rocha Sousa
Fábio Lúcio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31219180215

CAPÍTULO 16 254

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECIMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves
Laila Ferreira dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.31219180216

CAPÍTULO 17 270

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus
Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31219180217

CAPÍTULO 18 289

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich
Nathalia Lima Pinto
Jeniffer Hübner

DOI 10.22533/at.ed.31219180218

CAPÍTULO 19 306

BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA SEM O USO DE ANTIBIÓTICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Cleverson Percio
Daniel Augusto Barreta
Edpool Rocha Silva
Claiton André Zotti

DOI 10.22533/at.ed.31219180219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 322

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró – Rio Grande do Norte

Adonias Vidal de Medeiros Júnior

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró – Rio Grande do Norte

Meire Eugênia Duarte

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró – Rio Grande do Norte

Gerlânia Maria Rocha Sousa

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Fábio Lúcio Rodrigues

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Mossoró – Rio Grande do Norte

RESUMO: Esta pesquisa visa investigar os índices de vantagens comparativas produtivas estaduais da Região Nordeste do Brasil, bem como identificar os setores nos quais determinados Estados apresenta elevada produtividade total dos fatores, refletindo maiores vantagens comparativas produtivas e um maior grau de competitividade. A competitividade é a característica ou capacidade de qualquer organização de cumprir sua missão, com maior êxito que outras organizações competidoras. A análise foi fundamentada nas teorias do comércio internacional sobre vantagens comparativas. A partir da base de dados gerada

pela pesquisa foi feita uma descrição sintética da estrutura produtiva de cada Estado nordestino. Dessa forma procuramos estimar qual atividade econômica possui um elevado índice de vantagem comparativa produtiva estadual, qual o Estado que possui elevada produtividade total dos fatores, refletindo maiores vantagens comparativas e um maior grau de competitividade. A análise dos indicadores permitiu evidenciar que o Estado do Rio Grande do Norte possui ampla vantagem comparativa produtiva nas atividades extrativas minerais, outro dado que chama atenção é o número de Estados que não possuem vantagem comparativa nas atividades extrativas e agrícolas, seis Estados em cada atividade. No setor industrial vários estados se destacam em diferentes atividades. No setor de serviço e comércio o destaque é o Estado de Pernambuco que registra sete atividades com especialidades produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: Competitividade; Produtividade; Vantagens Comparativas.

ABSTRACT: This research aims to investigate the comparative advantage indices productive state in the Northeast of Brazil, as well as identify the sectors in which certain states have high total factor productivity, reflecting greater comparative advantages productive and a greater degree of competitiveness. Competitiveness is a characteristic or ability

of any organization to fulfill its mission more successfully than other competing organizations. The analysis was based on the theories of international trade on comparative advantages. From the database generated by the survey will be a concise description of the productive structure of each northeastern state. Thus we seek to estimate what economic activity has a high index of comparative advantage productive state, which state has higher total factor productivity, reflecting higher comparative advantages and a greater degree of competitiveness. The analysis of the data showed that the state of Rio Grande do Norte has extensive comparative advantage in the production mineral extraction activities, other data that draws attention is the number of states that have no comparative advantage in agricultural and extractive activities, each activity in six states. In the industrial sector several states excel in different activities. In the service sector and trade the highlight is the state of Pernambuco that records seven specialties productive activities.

KEYWORDS: Comparative Advantage; Competitiveness; Productivity.

1 | INTRODUÇÃO

A economia global passa por profundas transformações produtivas, visando essa transformação as empresas brasileiras buscaram se enquadrar neste cenário tendo em vista uma maior produtividade e competitividade (ARAÚJO, 1997).

Numa empresa fatores como a produtividade e competitividade são componentes importantes para seu sucesso, por isso se faz importante o seu acompanhamento por meio de indicadores que apoiem decisões administrativas (SILVA, ZOTES, 1996). A forma de medir ou avaliar a produtividade nas organizações tem sido objeto de estudo entre muitos pesquisadores que discordam a respeito da melhor forma de mensuração, como a análise da produtividade é aplicada para compreender problemas organizacionais, várias formas de avaliação têm sido aplicada, no entanto a mais aceita utiliza o estudo de indicadores (MARTINS, LAUGENI, 1998).

No Brasil, o debate em torno da produtividade total dos fatores ganhou dimensão no final dos anos 1990 com o crescimento acelerado da produtividade, baseado no dinamismo tecnológico decorrente da globalização (TEXEIRA, 1997). As taxas decrescentes de produtividade que vinham sendo registradas nas últimas décadas estavam associadas ao modelo vigente de substituição de importações. O aumento da produtividade nos anos 1990 seria fruto da abertura da economia e a mola mestra do novo modelo, que prescindiria do Governo quanto aos grandes programas e projetos de investimentos, e que o crescimento da produtividade com o Plano Real tornou possível crescer, distribuir e manter a competitividade ao mesmo tempo. A inserção do país no contexto das economias mais desenvolvidas é função da capacidade de modernização das indústrias na busca de eficiência e competitividade (ARAÚJO, 1997).

Um determinado Estado possui em uma determinada atividade ou setor de produção, vantagens comparativas em relação a outros Estados quando sua produtividade relativa em determinada atividade econômica se apresentar superior ao Estado de referência (RICARDO, 1917).

O estudo contará com a construção de um indicador de vantagem comparativa produtiva estadual, baseado no modelo teórico de Corseuil e Pessôa (2002).

Em meio a esse contexto esta pesquisa abordará as vantagens comparativas produtivas dos Estados do Nordeste do Brasil. Mapeando o Nordeste e indicando, a partir do seu zoneamento pelos indicadores de vantagens comparativas produtivas, quais Estados são mais especializados em determinadas atividades e setores econômicos.

Visando verificar as vantagens comparativas produtivas dos estados do Nordeste, será calculado o indicador de vantagem comparativa estadual (IVCE), cujas variáveis são: número de firmas e número de trabalhadores. Os dados pesquisados referem-se ao ano de 2010.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo (1813) e o IVCR de Bella Balassa (1965) foram desenvolvidos e aplicados tendo como base o desempenho comercial. O que se pretende com esta pesquisa é identificar as vantagens comparativas produtivas das atividades e setores econômicos dos Estados do Nordeste do Brasil, aplicando-se o modelo desenvolvido por Corseuil e Pessôa (2002), que é à base desta seção.

De acordo com Holanda e Petterine (2003), como o conceito de vantagem comparativa está diretamente ligado ao conceito de Produtividade Total dos Fatores (PTF), um indicador agregado de vantagens comparativas dos estados torna-se também um indicador de resultado para a competitividade dos estados. A ideia é que um Estado consegue diversificar vantagens comparativas se é mais competitivo que um Estado de referência. Este raciocínio é bastante conveniente ao se perceber que ambos os resultados podem ser obtidos da construção de um único indicador.

A exemplo de Corseuil e Pessôa (2002) esta pesquisa, abordará o conceito de vantagem comparativa, a partir do processo decisório do empresário de instalar uma unidade produtiva (planta) nesta ou naquela região, obter alguma implicação para alguma estatística que possa ser observada e que, simultaneamente, esteja associada à PTF.

Suponha que as possibilidades de produção para uma firma do setor j estabelecida em estado i possam ser descritas por meio da função de produção.

$$Y_{ij} = A_{ij} [F(K_{ij}, e^{\varphi_{ij}}, L_{ij})]^{\sigma} = A_{ij} [e^{\varphi_{ij}} L_{ij} f(X_{ij})]^{\sigma} \quad (1)$$

Onde $x = K / e^{\phi h} L$, K e L são, respectivamente, os fatores produtivos capital e trabalho; $e^{\phi h}$ é o impacto da mão-de-obra no i -ésimo estado sobre a produtividade do trabalho, em que h são os anos médios de escolaridade do trabalhador em um dado setor produtivo. Por hipótese, F é suposta como homogênea de grau um e A é uma medida da PTF.

Na especificação (1) supõe-se que a função de produção da firma apresenta homogeneidade de grau σ com relação aos fatores capital e trabalho. Se houver uma escala mínima de produção ou uma região para a qual a função apresente rendimentos crescentes, considera-se que (1) represente o fecho côncavo da função de produção. A PTF capital e trabalho para o estado i em um dado setor j são representados por um conjunto de fatores associados à produtividade (A): capacidade gerencial, oferta local de bens públicos e infra-estrutura complementar aos fatores capital e trabalho, atributos locais que podem ter impacto sobre o lucro da atividade em questão (por exemplo, a proximidade com mercado consumidor), qualidade da administração local, características naturais, etc. A hipótese forte que é feita até o momento é que todo o vetor de variáveis expresso por A interfere sobre a produtividade dos fatores capital e trabalho de forma multiplicativa, como um progresso técnico poupador de trabalho e capital Hicks-neutro, sem, portanto, alterar as taxas marginais de substituição entre dois fatores.

O problema a ser enfrentado é identificar os setores nos quais determinados estados do Nordeste apresenta elevada PTF, refletindo maiores vantagens comparativas. Como ficará claro adiante, se valer concorrência perfeita nos mercados dos fatores capital e trabalho, maior produtividade implicará maior escala produtiva, ou seja, maior número de trabalhadores por firma. Logo, haverá uma relação positiva entre A e tamanho da unidade produtiva medido por L . Para verificar esta afirmativa, observe que a hipótese de minimização de custo implica que:

$$\frac{\partial Y}{\partial K} = \sigma A \left(e^{\phi h} L f(x) \right)^{\sigma-1} f'(x) = r \frac{\partial Y}{\partial K} = \sigma A \left(e^{\phi h} L f(x) \right)^{\sigma-1} f'(x) = r \quad (2)$$

$$\frac{\partial Y}{\partial L} = \sigma A \left(e^{\phi h} L f(x) \right)^{\sigma-1} e^{\phi h} \left(f(x) - x f'(x) \right) = W \quad (3)$$

Onde r e W são, respectivamente, as remunerações do capital e do trabalho. Redefinindo as equações abaixo, segue o sistema:

$$\tilde{A} = \frac{A}{e^{(1-\sigma)\phi h}} \quad (4)$$

$$\tilde{W} = \frac{W}{e^{\phi h}} \quad (5)$$

$$\begin{cases} (Lf)^{\sigma-1} f' = \frac{r\tilde{A}^{-1}}{\sigma} \\ (Lf)^{\sigma-1} (f - xf') = \frac{\tilde{W}\tilde{A}^{-1}}{\sigma} \end{cases} \quad (6)$$

Este sistema é solucionado para a escala produtiva (L) e para a intensidade fatorial (x) ótimas de cada firma, em função da produtividade e da remuneração do trabalho, ambas corrigidas pela qualificação da mão-de-obra, isto é, \tilde{A} e \tilde{W} , e da remuneração do capital, r . Solucionando implicitamente o sistema obtém-se a escala ótima como função dos parâmetros:

$$\hat{L} = \ell(\tilde{W}, r) \tilde{A}^{\frac{1}{1-\sigma}} = \frac{\ell(\tilde{w}, r) \hat{A}^{\frac{1}{1-\sigma}}}{e^{\varphi h}} \quad (7)$$

Se houver perfeita mobilidade de capital e trabalho, o que implica a igualização de r e w entre os estados, tornando $\ell(\tilde{W}, r)$ constante, é consequência imediata de (7) que uma massa de trabalhadores maior nas unidades produtivas de um determinado Estado significa que $\frac{\hat{A}^{\frac{1}{1-\sigma}}}{e^{\varphi h}}$ será maior nesse estado. Dessa forma, a escala de operação das unidades produtivas entre Estados para atividades semelhantes constitui-se um indicador de vantagem comparativa.

Como expõe Corseuil e Pessoa (2002), esses resultados são bastantes convenientes para uma análise empírica, visto que a mensuração da PTF, em geral, envolve acesso a informações restritas, tais como uso de uma medida dos serviços dos fatores de produção empregados, custos com essas informações detalhadas em nível de estabelecimento. No entanto, este arcabouço teórico permite que se façam inferências a respeito da PTF usando apenas informações sobre o número de firmas e o número de trabalhadores empregados no setor j em um estado i .

3 | METODOLOGIA

No desenvolvimento deste estudo serão utilizados os métodos estatísticos, comparativos e monográficos. O monográfico fundamentou-se no estudo das teorias das vantagens comparativas. O método estatístico foi útil uma vez que o uso das técnicas estatísticas possibilitou o levantamento de dados e o cálculo do IVCE, que foi essencial para se chegar aos resultados da pesquisa. Já o método comparativo permitiu o estudo comparativo entre os Estados. O estudo contará com a estimação de Indicadores de Vantagem Comparativa Estadual (IVCE) para todos os 09 (nove) Estados da Região Nordeste do Brasil.

Para calcular os IVCEs no exercício empírico, será utilizada a base de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) para o ano de 2010, cujas variáveis disponibilizadas são: número de trabalhadores (L) e número de firmas (K) de 25 (vinte e cinco) subsetores de atividade econômica, conforme classificação da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Vale ressaltar que a referida base de dados aponta apenas

as firmas legalmente formadas, assim como os trabalhadores formais. Quanto aos subsetores de atividade econômica a serem estudados, são: extrativa mineral; indústria de produtos mineral não metálico; indústria metalúrgica; indústria mecânica; indústria do material elétrico e de comunicações; indústria do material de transportes; indústria da madeira e do mobiliário; indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares; indústria da química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; indústria de calçados; indústria de produtos alimentícios; bebida e álcool etílico; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio varejista; comércio atacadista; instituições de crédito, seguros e capitalização; comércio e administração de imóveis; transporte e comunicações; serviço de alojamento e alimentação; serviços médicos; ensino; administração pública e agricultura.

Para fins dos cálculos agregados (setoriais), os subsetores produtivos foram organizados nos seguintes setores econômicos: **Setor Primário**: extrativa mineral e agricultura. **Setor Secundário**: indústria de produtos mineral não metálico, indústria metalúrgica, indústria mecânica, indústria do material elétrico e de comunicações, indústria do material de transportes, indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papel, papelão, editorial e gráfica, indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria da química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, indústria de calçados e indústria de produtos alimentícios, bebida e álcool etílico. **Setor Terciário**: serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio varejista, comércio atacadista, instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis, transportes e comunicações, serviços de alojamento e alimentação, serviços médicos, ensino e administração pública.

A partir da base de dados gerada pela pesquisa será feita uma descrição sintética da estrutura produtiva e comercial/serviços de cada Estado nordestino, com a finalidade de averiguar a correspondência da realidade conjuntural dos Estados com os resultados empíricos.

3.1 Indicador de vantagem comparativa produtiva

A construção do IVCE (Indicador de Vantagem Comparativa Estadual) está baseada no raciocínio de Corseiul e Pessoa (2002). Estes autores a partir de um modelo geral e simples do funcionamento de uma firma obtiveram uma relação positiva entre a PTF e o tamanho médio da cada unidade produtiva em um dado setor de produção, como foi visto em seções passadas. Com base neste resultado e na ideia de quociente locacional, apresenta-se uma proposta de indicador de vantagem comparativa estadual (IVCE) que será utilizada em um exercício empírico para os Estados do Nordeste.

Sendo assim, um IVCE pode ser imaginado, com base na escala ótima de produção (L), nos seguintes termos: se existe uma relação positiva das unidades de

trabalho (L) com as vantagens comparativas (mensuradas por A), isto implica que, em um dado estado, se seu percentual de trabalhadores alocado em um setor j é maior do que o percentual de trabalhadores alocado em um setor j de um Estado chave (BA) por exemplo, este primeiro Estado possui uma vantagem comparativa neste setor. Neste caso um IVCE pode ser apresentado por:

$$IVCE_{i,j,t}^{L/L} = \frac{\frac{L_{i,j,t}}{L_{i,t}}}{\frac{L_{NE,j,t}}{L_{NE,t}}} \quad (8)$$

Onde: $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$ é o IVCE de especialização produtiva do trabalho do estado i no setor j e no período t; $L_{i,j,t}$ é o número de trabalhadores do estado i no setor j e no período t; $L_{i,t}$ é o número total de trabalhadores do estado i no período t.

Um outro IVCE pode ser elaborado com base na escala ótima de produção nos seguintes termos: quanto maior for a unidade produtiva média de um determinado setor j em um determinado estado i, maior será captada sua vantagem comparativa neste setor. A ideia é que determinados estados atraem unidades produtivas maiores porque estas firmas identificam maiores vantagens comparativas. Logo, um outro IVCE pode ser obtido através da comparação de tamanho de uma unidade produtiva média para o setor j em um estado i com um tamanho de uma unidade produtiva média para o mesmo setor j em um estado chave, isto é, uma possibilidade de IVCE pode ser escrita como:

$$IVCE_{i,j,t}^{L/K} = \frac{\frac{L_{i,j,t}}{K_{i,j,t}}}{\frac{L_{NE,j,t}}{K_{NE,j,t}}} \quad (9)$$

Onde: $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$ é o IVCE de tamanho médio de unidade produtiva do estado i no setor j e no período t; $L_{i,j,t}$ é o número de trabalhadores do estado i no setor j e no período t; $K_{i,j,t}$ é o número de firmas do estado i no setor j no período t.

Uma elaboração direta para um IVCE setorial ($IVCE - S$) é a média aritmética dos indicadores anteriores, isto é:

$$(IVCE - S)_{i,j,t} = \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/L} + IVCE_{i,j,t}^{L/K}}{2} \quad (10)$$

Onde: $(IVCE - S)_{i,j,t}$ é o IVCE setorial do estado i no setor j e no período t; $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$ é o IVCE de especialização produtiva do trabalho do estado i no setor j e no período t; $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$ é o IVCE de tamanho médio de unidade produtiva do estado i no setor j e no período t.

Como cada um dos j setores, por suas características intrínsecas, pode ser agregado nos três setores econômicos (Primário, Secundário e Terciário), também é

relevante que se elabore um IVCE agregado para esses setores. Todavia, é preciso observar que uma média aritmética simples $(IVCE - S)_{i,j,t}$ não é apropriado porque são medidas para diferentes setores. A saída direta para este problema é confeccionar um indicador que continue sendo uma média dos indicadores de especialização do trabalho e unidade produtiva média, mas ponderado pelos desvios padrão, isto é:

$$(IVCE - S_k)_{i,t} = \left(\sum_{j=1/j \in S_k}^j \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/L}}{\sigma_{j,t}^{L/L}} + \sum_{j=1/j \in S_k}^j \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/K}}{\sigma_{j,t}^{L/K}} \right) \cdot \frac{1}{2}; \quad k = 1, 2, 3 \quad (11)$$

Onde: $(IVCE - S_k)_{i,t}$ é o IVCE setorial (Primário, Secundário e Terciário) do estado i no período t ; $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$ é o IVCE de especialização produtiva do trabalho do estado i no setor j e no período t ; $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$ é o IVCE de tamanho médio de unidade produtiva do estado i no setor j e no período t ; $\sigma_{j,t}^{L/L}$ é o desvio padrão das observações válidas para o $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$; $\sigma_{j,t}^{L/K}$ é o desvio padrão das observações válidas para o $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$.

Uma vez que se tenha agregado o IVCE em três setores, usando a mesma lógica pode ser construído um IVCE agregado para o estado, isto é:

$$(IVCE - A)_{i,t} = \left(\sum_{j=1}^j \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/L}}{\sigma_{j,t}^{L/L}} + \sum_{j=1}^j \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/K}}{\sigma_{j,t}^{L/K}} \right) \cdot \frac{1}{2} = \sum_{k=1}^3 (IVCE - S_k)_{i,t} \quad (12)$$

Onde: $(IVCE - A)_{i,t}$ é o IVCE agregado do estado i e no período t ; $(IVCE - S_k)_{i,t}$ é o IVCE setorial (Primário, Secundário e Terciário) do estado i e no período t ; $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$ é o IVCE de especialização produtiva do trabalho do estado i no setor j e no período t ; $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$ é o IVCE de tamanho médio de unidade produtiva do estado i no setor j e no período t ; $\sigma_{j,t}^{L/L}$ é o desvio padrão das observações válidas para o $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$; $\sigma_{j,t}^{L/K}$ é o desvio padrão das observações válidas para o $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$.

O $IVCE - A$ torna-se também um indicador de resultado para a competitividade dos estados. Isto acontece porque se um estado consegue agregar vantagens comparativas em vários setores, significa que ele é mais produtivo do que um estado de referencia em vários setores, o que, por sua vez, implica em um aumento de sua competitividade.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização da região Nordeste do Brasil

A região Nordeste possui o maior número de estados do Brasil (nove no total): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com uma área de aproximadamente 1.561.177 km², equivalente a 18% do território nacional e é a região que possui a maior costa litorânea. A região possui os estados com a maior e a menor costa litorânea, respectivamente Bahia, com 932 km

de litoral e Piauí, com 60 km de litoral. A região toda possui 3338 km de praias. Suas maiores cidades (Habitantes/2007) são: Salvador (2.892.625); Fortaleza (2.431.415); Recife (1.533.580); São Luís (957.899); Maceió (874.014); Teresina (778.341); Natal (774.205); João Pessoa (674.971); Jaboatão dos Guararapes-PE (665.387); Feira de Santana-BA (575.997); Aracajú (520.207); Olinda-PE (391.433); Campina Grande-PB (371.060). Limita-se a norte e a leste com o oceano Atlântico, ao sul com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e a oeste com os estados do Pará, Tocantins e Goiás.

Os nove estados do Nordeste apresentam os seguintes números de municípios:

ESTADOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
ALAGOAS	102
BAHIA	417
CEARÁ	184
MARANHÃO	217
PARAÍBA	223
PERNAMBUCO	185
PIAUÍ	223
RIO GRANDE DO NORTE	167
SERGIPE	75

Tabela 01 - Número de municípios dos estados da região Nordeste

Fonte: IBGE, 2007 – organização dos autores.

A região Nordeste abriga condições climáticas extremamente favoráveis e localização estratégica, setores da economia, como agronegócio, fruticultura, turismo, confecção, indústrias de transformação, entre outros, apresentam-se como potencialidades para bons negócios. Com expressivo crescimento econômico nos últimos anos, principalmente com a instalação de indústrias que deixaram a região Sudeste e se instalaram no Nordeste em busca de benefícios fiscais. No campo industrial, podemos destacar áreas de grande desenvolvimento como, por exemplo, Distrito Industrial de Ilhéus (Bahia), Complexo Industrial de Suape (Pernambuco), Distrito Industrial de Maracanaú (Ceará). Na área de TI (Tecnologia da Informação), podemos citar o Porto Digital do Recife (maior pólo tecnológico do país), com grande destaque na produção de softwares.

Destaque para a produção de petróleo, principalmente no estado do Rio Grande do Norte. A região Nordeste é a segunda maior do Brasil em produção de petróleo. No estado da Bahia está instalado o Pólo Petroquímico de Camaçari, um dos mais importantes do país.

A região Nordeste possui grandes atividades rurais com a pecuária, com destaque

para a criação de cabras. A região também se destaca na agricultura com a produção de frutas tropicais (manga, abacaxi, caju, banana, acerola, goiaba, etc) em regiões irrigadas, principalmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Há também na região boa produção de mel.

Outro ponto forte da economia nordestina é a criação e comercialização de camarão, pois a região é favorecida climaticamente para esta atividade. O turismo também é uma importante fonte de renda para a região. Milhares de turistas estrangeiros e de outras regiões do Brasil visitam anualmente o Nordeste em busca das lindas praias e paisagens e também do clima quente.

4.2 Resultados empíricos

Esta seção apresenta os resultados empíricos propostos pela metodologia da pesquisa. Inicialmente foi calculado o IVCE de Especialização Produtiva do Trabalho e do Tamanho Médio de Unidade Produtiva de 25 atividades econômicas dos nove Estados da Região Nordeste do Brasil tendo como base de informações a RAIS que congrega o número de trabalhadores (L) e o número de firmas (K) de 25 (vinte e cinco) subsetores de atividade econômica.

Inicialmente, foram organizadas 02 (duas) matrizes de dados de ordem 10×26 ($m \times n$), onde as linhas (m) apresentam os nove Estados mais uma linha que registra o total de informações, e as colunas (n) representam as 25 atividades econômicas mais uma coluna que registra o total das informações. A primeira matriz informa a distribuição do total de firmas por atividade e Estado, e a segunda mostra a distribuição do total de emprego (L) por atividade e Estado.

A partir dessas matrizes, foram derivadas duas outras com as mesmas dimensões, que revelam os valores dos IVCEs de especialização produtiva do trabalho, $IVCE_{i,j,t}^{L/L}$, e de tamanho médio de unidade produtiva $IVCE_{i,j,t}^{L/K}$. Uma vez construída as matrizes dos IVCEs elaborou-se a partir dos cálculos da função $(IVCE - S_K)_{it} = \left(\sum_{j=1/j \in S_k}^j \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/L}}{\sigma_{i,j,t}^{L/L}} + \sum_{j=1/j \in S_k}^j \frac{IVCE_{i,j,t}^{L/K}}{\sigma_{i,j,t}^{L/K}} \right) \cdot \frac{1}{2}$, uma última matriz de ordem 9×3 , que revela os IVCEs para os três grandes setores econômicos (primário, secundário e terciário) ilustrados em mapas temáticos – Figuras 02, 03 e 04 a seguir. Além dos mapas temáticos, diversas tabelas de dados buscam identificar os Estados da Região Nordeste onde se observam maiores vantagens comparativas produtivas.

Na tabela 02 temos o IVCE (Índice de Vantagem Comparativa Produtiva Estadual) de cada setor: Primário – setor I; Secundário: setor II e Terciário – setor III.

UF	IVCE - Setor I	IVCE - Setor II	IVCE- Setor III
Alagoas	0,86	0,99	0,99
Bahia	1,17	1,35	1,08
Ceará	1,07	1,37	1,10
Maranhão	1,28	1,19	1,18
Rio Grande do Norte	1,55	0,99	0,99

Paraíba	1,00	1,32	1,01
Pernambuco	1,06	1,38	1,15
Piauí	0,70	1,01	1,16
Sergipe	1,48	1,35	1,12

Tabela 02 - IVCE por Setores Agregados, 2010

Fonte: Organização dos autores.

Os mapas a seguir apresentam os Estados do Nordeste em cores representando os valores dos IVCE. As cores mais escuras representam os maiores índices de vantagens comparativas produtivas, contribuindo para identificar os espaços da Região Nordeste com maiores especialidades produtivas e as áreas que não oferecem especialização produtiva.

A Figura 01 apresenta o IVCE-S1 (setor primário), destacando uma importante concentração de atividades produtivas agrícolas e extrativa mineral com elevado grau de especialização no Estado do Rio Grande do Norte, onde realmente predominam, em termos relativos a outras localidades, uma forte vocação as atividades extrativas (petróleo, gás natural e sal) e agrícolas, inclusive para exportação. Dos nove estados apenas dois não possuem vantagens comparativas produtivas, Alagoas e Piauí.

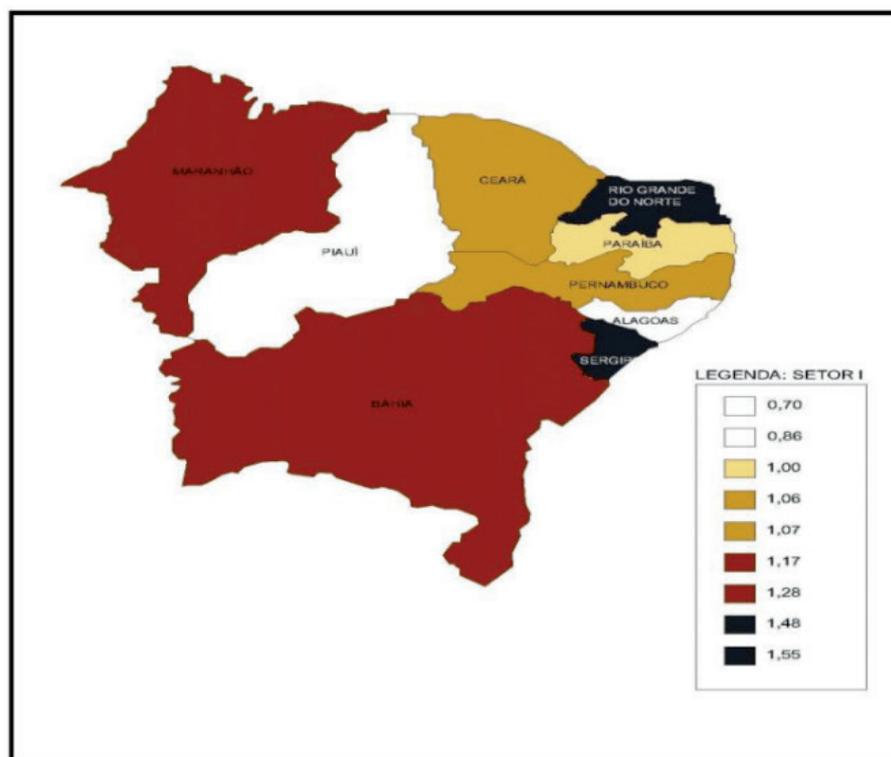


Figura 1 - IVCE do NE – SETOR I, 2010

Fonte: Organização dos autores.

A Figura 2 apresenta o IVCE-S2 (setor secundário) composto, nesta pesquisa, por 13 atividades econômicas industriais. Neste setor o destaque é para o Estado de Pernambuco, seguido do Ceará e Bahia. Os Estados do Rio Grande do Norte e de

Alagoas não apresentam vantagens comparativas produtivas quando a indústria é analisada como setor agregado.

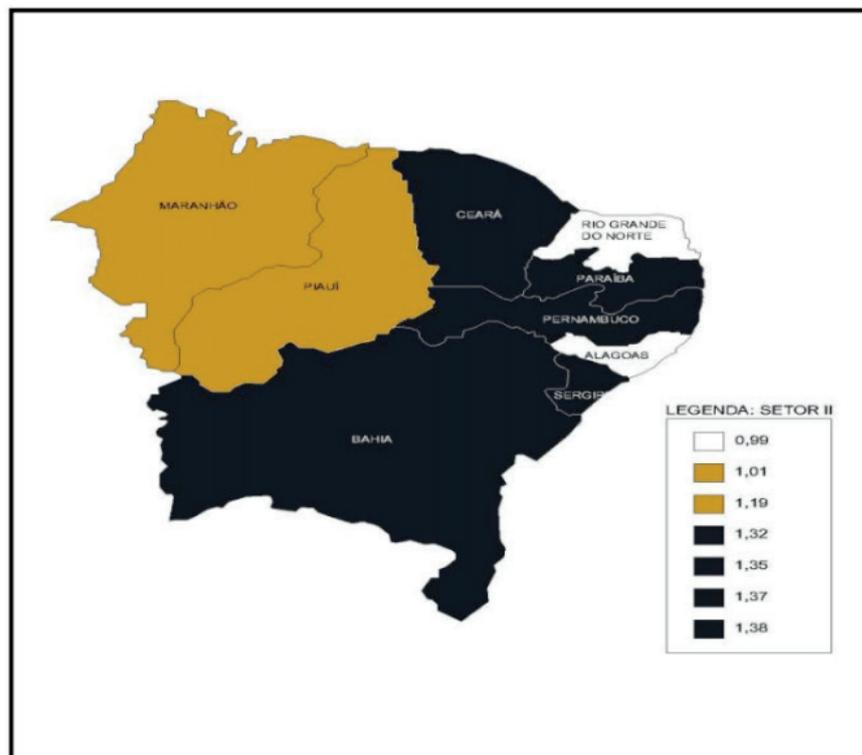


Figura 02 - IVCE do NE – SETOR II, 2010

Fonte: Organização dos autores.

No que tange as vantagens comparativas do setor terciário o IVCE-S3, confeccionado a partir da média ponderada dos indicadores de especialização do trabalho e unidade produtiva média das atividades relacionadas ao comércio e aos serviços públicos e privados, reflete que quase todos os Estados do Nordeste apresentam vantagens comparativas produtivas nesse setor agregado, com destaque para Maranhão, que atingiu o maior IVCE-S3. Também é motivo de ênfase o desempenho dos Estados de Piauí e Pernambuco. Rio Grande do Norte e Alagoas mais uma vez não apresentaram vantagens comparativas produtivas.

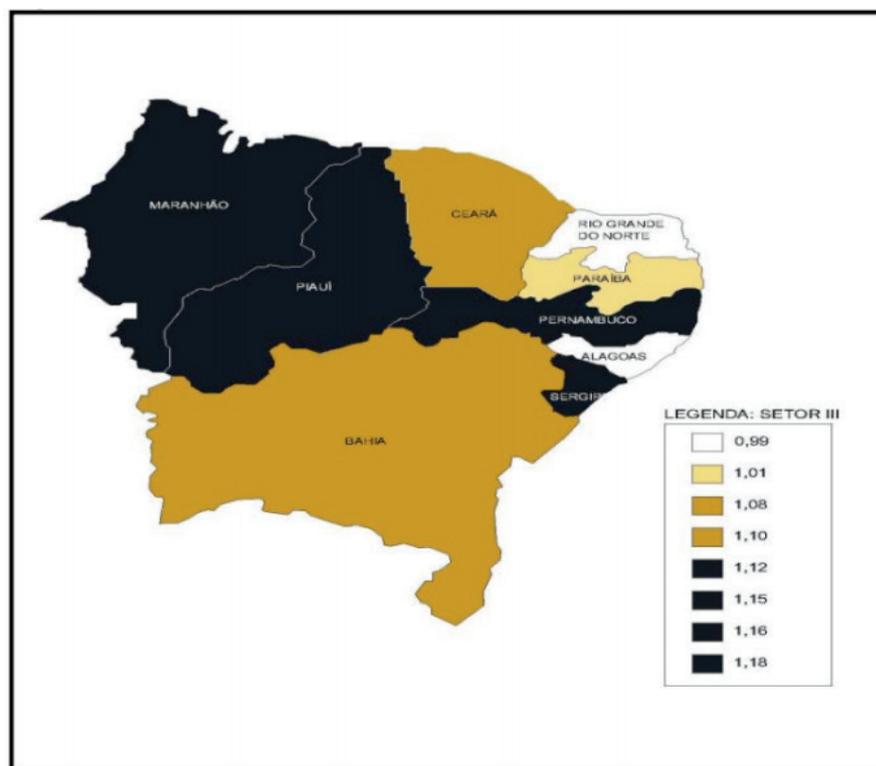


Figura 04 - IVCE do NE – SETOR III, 2010

Fonte: Organização dos autores.

Observando os resultados por atividade econômica dispostos nas tabelas a seguir é possível destacar algumas informações importantes sobre as especialidades produtivas.

O Estado do Rio Grande do Norte possui ampla vantagem comparativa produtiva nas atividades extrativas minerais, enquanto o Maranhão destaca-se pela especialidade na agricultura, silvicultura e extrativismo vegetal. Chama atenção o número de Estados que não possuem vantagem comparativa nas atividades extrativas e agrícolas, seis Estados em cada atividade.

UF	Extrativa Mineral	Agricultura, Silvicultura, Extrativismo Vegetal
Alagoas	0,538	0,655
Bahia	1,184	1,354
Ceará	0,446	0,547
Maranhão	0,772	1,397
Rio Grande do Norte	4,243	0,826
Paraíba	0,669	0,954
Pernambuco	0,315	0,964
Piauí	0,485	0,656
Sergipe	2,266	1,156

Tabela 02 - IVCE das Atividades Econômicas do Setor I, 2010

Fonte: Organização dos autores.

No setor II os Estados do Ceará e da Paraíba concentram as maiores especialidades produtivas, de acordo com os IVCE, do complexo das indústrias de calçados, borracha, couro, peles e têxtil.

Os Estados do Maranhão e do Piauí destacam-se na indústria da construção civil, liderando as vantagens comparativas produtivas dessa atividade econômica entre os demais Estados nordestinos.

Pernambuco e Alagoas são os únicos que apresentam vantagem comparativa produtiva na indústria de alimentos e bebidas. O Estado da Bahia lidera a indústria mecânica e Sergipe a indústria de madeira e mobiliário.

Em se tratando das atividades econômicas do Setor III (serviços e comércio), a Tabela 04 revela a superioridade em termos de vantagens comparativas produtivas do Estado de Pernambuco, que registra especialidades produtivas em 7 (sete) das 10 (dez) atividades econômicas.

UF	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Indústria da Madeira e Mobiliário	Ind. do Papel, papelão, editorial e gráfica	Ind. da Borracha, Fumo, Couros, peles, similares	Ind. Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	Indústria Calçados	Ind. de Alimentos e Bebidas	Construção Civil
Alagoas	0,417	0,734	0,478	0,519	0,276	0,142	0,019	4,401	0,981
Bahia	1,085	1,255	0,906	0,985	1,344	0,497	1,130	0,490	0,958
Ceará	1,471	1,043	1,356	1,102	1,560	2,456	2,964	0,708	0,771
Maranhão	1,264	0,857	1,076	0,683	0,622	0,104	0,004	0,374	1,541
Rio Grande do Norte	0,494	0,699	0,825	0,749	0,427	1,732	0,093	0,804	1,076
Paraíba	0,800	0,798	1,174	1,557	1,290	1,376	1,871	0,956	1,008
Pernambuco	0,954	0,989	0,843	1,220	0,561	0,769	0,077	1,424	0,965
Piauí	0,705	0,362	1,185	0,638	0,751	0,697	0,019	0,539	1,216
Sergipe	0,523	1,194	1,380	0,822	1,043	0,941	1,038	0,602	1,125

Tabela 03 - IVCE das Atividades Econômicas do Setor II, 2010

Fonte: Organização dos autores.

UF	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituição Financeira	Transporte e Comunicações	Médicos Odontológicos	Ensino	Administração Pública
Alagoas	1,130	1,002	1,020	0,829	0,595	0,636	1,014	1,097
Bahia	1,186	0,922	0,961	0,972	1,107	1,020	0,885	0,972
Ceará	0,797	0,988	0,912	1,233	1,233	0,998	1,068	0,914
Maranhão	1,014	1,105	1,327	1,254	1,115	1,196	1,171	1,149
Rio Grande do Norte	0,431	1,037	1,014	0,804	0,817	0,789	0,781	0,815
Paraíba	1,364	0,917	1,066	0,810	0,380	0,819	0,810	0,665
Pernambuco	1,557	1,091	1,015	0,923	1,149	1,308	1,232	1,304
Piauí	0,596	0,997	1,142	1,164	0,656	0,794	1,081	0,767
Sergipe	1,242	1,133	0,652	0,996	0,677	0,779	1,007	1,196

Tabela 04 - IVCE das Atividades Econômicas do Setor III, 2010

Fonte: Organização dos autores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de mostrar os indicadores de vantagens comparativas produtivas entre os nove Estados do Nordeste Brasileiro, baseado no modelo teórico de Corseuil e Pessoa (2002), que permitiu que se fizessem inferências a respeito da produtividade total dos fatores, usando apenas informações sobre o número de firmas e o número de trabalhadores nos setores e municípios, respectivamente. Através de representações gráficas (mapas temáticos) foram apresentados os Estados da Região Nordeste na qual podemos visualizar quais os Estados que possuem maiores vantagens comparativas.

No setor I, o Estado em destaque é o Rio Grande do Norte por possuir o maior índice na atividade de extração mineral, isto deve-se ao fato do Estado ser o maior produtor de petróleo em terra e também de produzir cerca de 90% de sal brasileiro. Dos nove Estados apenas dois não possuem vantagens comparativas produtivas, Alagoas e Piauí.

O setor II composto por 13 atividades econômicas indústrias destaca-se os Estados de Pernambuco, seguido por Ceará e Bahia, já os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas não apresentam vantagens comparativas produtivas quando se analisa o setor agregado.

Já o setor III que compreende as atividades relacionadas ao comércio e aos serviços públicos e privados, quase todos os Estados do Nordeste apresentam vantagens comparativas produtivas nesse setor agregado, com destaque o Estado do Maranhão que atingiu o maior IVCE-S3, também é motivo de ênfase o desempenho dos Estados do Piauí e Pernambuco. Novamente os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas não apresentam vantagens comparativas produtivas.

Sendo assim, considerando os objetivos propostos, a fundamentação teórica e a metodologia adotada observamos que os resultados empíricos se adequaram bem aos resultados obtidos.

O mapeamento da Região Nordeste por setores agregado e por atividades econômicas permitiu-se identificar claramente as localidades que dispõe de mais especialidades produtivas, o que pode melhor orientar nas decisões de investimentos produtivos e políticas econômicas regionais e locais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. M., **Indicadores de Qualidade e produtividade como Instrumento de Apoio à Decisão no Processo de Expedição de Veículos**. Revista Produção. Belo Horizonte: ABEPRO.vol.7, nº2, p.139-157, nov,1997.

CORSEUIL, C.H.; PESSOA, S. A. **Vantagens comparativas da cidade do Rio de Janeiro**. TD/IPEA, n. 900, Rio de Janeiro: 2002.Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4438&Itemid=2>. Acesso em: 30 nov. 2011.

HOLANDA, M. C.; PETTERINI, F. C. **Indicador de vantagem comparativa municipal**.TD/ IPECE, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_3.pdf>. Acesso

em: 30 nov. 2011.

IBGE : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 26 set. 2012.

IBGE : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em: 26 set. 2012.

KENEN, Peter B. **Economia internacional: Teoria e política**. 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998

KRUGMAN, P, R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999.

Ministério do Trabalho e Emprego: Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>. . Acesso em: 02 ago. 2012.

Ministério do Trabalho e Emprego: Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em: 02 ago. 2012.

SAVASINI, José A. A. MALLAN, Pedro Sampaio. BAER, Werner. **Economia internacional**. Tradução Auripebo Berrance Simiões. São Paulo: Saraiva, 1979.

SILVA, H. B.; ZOTES, L. P. **Administração da produção**. 16º ENEGEP, Piracicaba - São Paulo, 1996.

SILVA, Joseane Garcia. **Uma análise sobre a exportação de melão no Rio Grande do Norte em 2004**. Paper de especialização em Economia e Gestão de Empresas, 2006.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-131-2



9 788572 471312